



PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: NARRATIVAS E REALIDADES

Luciano Tadeu Corrêa Medeiros¹

RESUMO

O artigo trata de uma análise teórica das práticas de ensino desenvolvidas na Educação infantil, voltadas para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. O objetivo é identificar, nessas práticas, quais suas tendências teóricas norteadoras, como a linguagem oral e escrita é desenvolvida pelos professores dentro do contexto escolar nessa etapa de ensino e quais os impactos da legislação brasileira sobre ela e sobre as ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes visando cumprir essa finalidade. Para a elaboração do trabalho, foi utilizado o método qualitativo, que contou com uma pesquisa bibliográfica e análise de relatos de professoras da Educação Infantil das redes pública e privada de ensino. Os resultados identificam um alinhamento entre as práticas pedagógicas, o direcionamento teórico e os dispositivos legais norteadores do sistema educacional brasileiro por parte das docentes. Apontam, também, para uma legislação tendenciosa, insuficiente e sem definições precisas em relação ao desenvolvimento da oralidade e da escrita na Educação Infantil. Além disso, indicam uma resistência no que diz respeito à orientação teórica e política dessas docentes, que desenvolvem alternativas para que suas convicções permaneçam dando direcionamento às suas práticas educativas.

Palavras-chave: Linguagem; Práticas docentes; Concepção teórica; Legislação educacional.

INTRODUÇÃO

O espaço escolar é um ambiente que dentro das variadas funções a qual ele se destina, serve para a construção e o aprendizado de inúmeros saberes e para o desenvolvimento dos sujeitos. As práticas educativas nele desenvolvidas buscam formar esses sujeitos dentro de uma perspectiva de ensino resultante de um conjunto de questões, relacionadas a teorias educacionais e leis governamentais, norteadoras dos conteúdos abordados pelos professores no desenvolvimento dessas práticas.

Conhecer a forma como os professores desenvolvem seus fazeres, tendo em vista todos esses aspectos, é uma tarefa importante para àqueles que ainda se encontram em processo formativo. Logo, precisarão colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante esse momento formativo, uma vez que se faz necessário que o mesmo esteja familiarizado com o ambiente escolar, e nada mais conveniente, que isso se faça a partir das experiências, daqueles

¹ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: lucianomedeiros2602@gmail.com

que já atuam no ambiente educacional. Nesse sentido, desenvolvemos uma análise a partir dos relatos de experiências narradas por professoras em atividades tanto em escolas da rede pública, quanto da rede privada de ensino. O objetivo é identificar nessas profissionais quais composições teóricas norteiam suas práticas, e especificamente, como essas docentes conseguem atuar a partir da interpretação dos dispositivos legais elaborados como orientação, para que se alcancem objetivos e metas propostas para a Educação Infantil. Para tanto, sugerimos o seguinte questionamento: essas profissionais conseguem desenvolver um trabalho educativo que se mostre eficaz para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, tendo em vista o envolvimento pretendido entre as práticas educativas, o contexto educacional escolar, o direcionamento teórico e a legislação? Entendemos que há nessa relação, a busca por um resultado positivo no desenvolvimento da oralidade e apropriação da escrita das crianças na Educação Infantil.

O trabalho foi desenvolvido entre os meses de março e junho do ano de 2019. Tem a proposta de pesquisa bibliográfica que partiu de análise teórica, a partir da reflexão baseada em narrativas desenvolvidas por professoras da Educação Infantil sobre seus fazeres na condição de docentes. Tais relatos foram desenvolvidos durante as aulas do componente curricular *Linguagem Oral e Escrita*, onde as docentes foram convidadas pelo professor da disciplina para que, através de palestras, durante as aulas de uma turma do quinto semestre do curso de Pedagogia de uma universidade pública, pudessem esclarecer para esses alunos quais as perspectivas dessas professoras em relação ao desenvolvimento de suas práticas de ensino. Buscou-se estimular a produção acadêmica do referido tema, que, a partir da elaboração de conceitos alcançados por reflexões sobre as práticas pedagógicas das professoras atuantes nas escolas públicas e privadas, possibilitaram a compreensão de como essas trabalham as questões acerca do desenvolvimento da oralidade. Assim, ao estimular a apropriação da escrita dentro da realidade dos alunos, se proporcionou a visualização de uma dimensão mais ampla do que seria atuar no campo educacional, quando obrigatoriamente se tem que cumprir o que determina a legalidade e ao mesmo tempo desenvolver uma prática educativa que esteja aliada às suas convicções teóricas, que por vez, se tornam as grandes norteadoras dessas práticas.

As narrativas das professoras foram desenvolvidas em três momentos, em dias alternados e durante as aulas, quando as mesmas executaram palestras e mostraram um pouco de suas vivências cotidianas em sala de aula, seus materiais didáticos utilizados, construindo ainda, um diálogo aberto e direto com os estudantes sobre suas perspectivas de ensino que se configuram a partir dos parâmetros institucionais, teóricos e legais. Esse diálogo culminou com

a produção de conhecimentos importantes, que podem vir a servir como base para a reflexão dos futuros educadores quanto à prática educacional pretendida, provocando questionamentos e discussões, a partir de análises feitas em conjunto com as palestrantes, alunos e o professor.

FAZER DOCENTE: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.

As práticas educativas aplicadas pelos professores que objetivam proporcionar o estímulo da oralidade, a apropriação e o desenvolvimento da escrita pelos alunos, identificam nesses sujeitos os inúmeros direcionamentos teóricos e consequentes tendências por eles utilizadas, que se constituem as norteadoras desse processo (GOBOR; GODOI, 2016). Compreendeu-se que identificar essas tendências no fazer desses docentes, sendo os mesmos uma das partes que irá protagonizar o processo de ensino e aprendizagem no espaço escolar, é um ponto determinante na composição de uma identidade enquanto professores e educadores (CHAER; GUIMARÃES, 2012).

Orientar-se por uma perspectiva teórica para desenvolver seus fazeres docentes na Educação Infantil é uma forma do professor trazer para si uma identidade, um reconhecimento enquanto sujeito e suas perspectivas educacionais. Essa aquisição de identidade faz parte da construção não apenas do sujeito que se reconhece como educador, mas do profissional educador que reconhece também, não apenas a sua condição de educador no interior da escola, mas sua realidade e sua condição como sujeito no mundo, e especificamente no meio onde se encontra estabelecido (FREIRE, 2011). Para as autoras Gobor e Godoi, a função educadora está envolta em muitas situações, o que exige dos educadores uma reflexão sobre suas práticas.

A função de professor está cada vez mais complexa o que exige deste profissional uma formação redimensionada, a qual perpassa pela reflexão e conhecimento sobre seu trabalho e sobre si mesmo. Esta prática necessita ser constante e pautada em muito estudo e pesquisas. Neste sentido, é mister o conhecimento sobre a legislação que fundamenta a educação e as teorias que a sustenta. [...]. (GOBOR, GODOI, 2016, p. 02)

As tendências teóricas que direcionam o educador devem ser compreendidas por eles como a base para o sujeito que se pretende formar, por isso é importante que o educador desenvolva suas práticas educativas alinhadas a elas, na busca de formar um sujeito que também seja um reflexo delas (GOBOR; GODOI, 2016). Nesse sentido é necessário que o educador antes se faça a seguinte pergunta: que sujeito se pretende formar e para quê formar?

Nas narrativas das professoras palestrantes, foi possível identificar que as tendências teóricas norteadoras de suas práticas se mostram latentes, juntamente com a preocupação em interpretar a legislação vigente que direciona os componentes educacionais para a composição de suas ações na Educação Infantil. Para desenvolver uma análise a partir de observações sobre o fazer docente de cada uma delas, vale identificá-las pela instituição em que se encontram atuantes, de acordo com o Quadro 1.

Quando 1. Sujeitos da pesquisa.

Escola	Referência	Professora
Escola I	Pública	A
		B
Escola II	Privada	C

Fonte: Elaborado pelo autor.

As professoras *A* e *B*, da *Escola I*, que foram as primeiras palestrantes, declararam durante suas apresentações que trabalham uma educação a partir da perspectiva histórico-crítica, que está ligada diretamente à consciência de classe e ao ser político, que se apresenta em sua formação. essa é a essência dessa perspectiva:

Em relação à opção política assumida por nós, é bom lembrar que na pedagogia histórico-crítica a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade. Se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata. (SAVIANI, 2013, p. 72),

Partindo dessa perspectiva, compreende-se que a educação dos alunos deve trazer a realidade social, cultural e econômica desses sujeitos, como referências para o desenvolvimento de um sujeito crítico e reflexivo, reconhecendo seu meio, sua cultura, sua condição social e humana.

Vale ressaltar que o trabalho com a oralidade em sala de aula é primordial, pois a fala é parte integrante de nossa vida. Considerando, portanto, que o desenvolvimento da linguagem oral se dá mediante a vivência de experiências diversificadas, ricas, envolvendo os usos possíveis da linguagem oral, cabe aos profissionais atuantes da educação infantil e séries iniciais planejarem a ação pedagógica de forma a garantir, na sala de aula, atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua. (CHAER; GUIMARÃES, 2012, p. 73).

As práticas educativas que objetivem a humanização dos sujeitos devem buscar desenvolver a linguagem tanto oral quanto escrita, dentro de um contexto que se proponha a fazer presente a afetividade, a solidariedade, o contexto histórico e cultural, a realidade socioeconômica, a natureza e o meio ambiente. Segundo Saviani, isso é essencial na perspectiva histórico-crítica e o mesmo declara: “[...] de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitante, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo”. (SAVIANI, 2013, p. 17)

O desenvolvimento e compreensão da fala e a aquisição e apropriação dos símbolos que as representam na escrita, que são os signos capazes de identificar o som dessa fala, são trabalhados de forma cotidiana por meio de rodas de conversas, rodas de leitura e atividades lúdicas (CHAER; GUIMARÃES, 2012). Isso permite que o aluno compreenda que a fala e a escrita têm uma função social, a de identificar objetos, pessoas, manifestar sentimentos, de comunicar algo a alguém e, dentre outras proposições, fazer reconhecer que tanto a oralidade, quanto a escrita têm um significado e se fazem traduzir a partir de um sentido que se constrói, tendo como base essas linguagens:

Assim, considerando-se o objetivo escolar de levar o aluno ao domínio da modalidade oral e escrita da língua, é compromisso dos professores ensinarem seu aluno a ler, escrever, ouvir e falar. Entretanto, ao entrarem para a escola, os alunos já trazem sua fala que foi construída nos contextos informais da vida cotidiana, de forma natural, nas interações sociais. (FREITAS *et al.*, 2016, p. 199)

As professoras da *Escola I* contam, ainda, com o apoio de outros profissionais da educação, de modo que a escola dispõe de professores de música, sendo a musicalidade um importante instrumento no desenvolvimento da oralidade das crianças. Elas contam ainda com as professoras de Artes, que desenvolvem a aquisição das linguagens artísticas, e com os professores de Educação Física, que também ajudam no desenvolvimento da linguagem corporal. Todos esses suportes pedagógicos e instrumentais que a escola possui, faz com que as professoras consigam desenvolver a linguagem oral e escrita das crianças do Pré I e aliá-las a sua perspectiva teórica, não encontrando dificuldades para tal, pois entende-se que: “As práticas de escrita e oralidade precisam caminhar juntas como modalidades linguísticas importantes e inerentes à formação dos sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar” (FREITAS *et al.*, 2016, p. 203), sendo esse um dos motivos pelos quais as professoras conseguem êxito nos resultados do desenvolvimento da oralidade de seus alunos.

A professora C, que desenvolve suas atividades docentes na *Escola II*, na rede privada de ensino, trabalha o desenvolvimento da oralidade e a apropriação da escrita na mesma perspectiva. A escola lhe proporciona recursos diversos, de forma que o lúdico está presente em todas as atividades desenvolvidas pelos alunos.

As experiências pedagógicas das professoras que palestraram sobre suas experiências de sala de aula em busca do desenvolvimento dos alunos, levam em conta que a apropriação das linguagens também é uma questão de adaptação cognitiva, e isso tem base na Epistemologia Genética de Jean Piaget, pois o mesmo declara que: “[...]toda inteligência é uma adaptação[...]” (PIAGET, 1982, p. 162), e, sob essa ótica, desenvolvem a compreensão de que o aprendizado da criança se configura a partir de fases do desenvolvimento humano.

Assim, o primeiro a ser considerado é o desenvolvimento intelectual do sujeito, no sentido de este apresentar esquemas de assimilação adequados no nível de instrução a ser ministrada ou de se adaptar à instrução no seu nível de desenvolvimento intelectual. (FERRACIOLI, 1999, p. 15)

Os relatos da professora da *Escola II*, que também já esteve atuando no *Pré I* e hoje desenvolve suas atividades em um berçário na mesma escola, compartilha suas experiências vivenciadas com seus alunos sobre o desenvolvimento da oralidade dos mesmos, e declara que elas são desenvolvidas em um espaço pensado para a educação dessas crianças de forma geral, sempre dentro de um universo lúdico (CHAER; GUIMARÃES, 2012). Ainda relata que a ludicidade é o melhor e maior instrumento para se trabalhar o desenvolvimento da oralidade das crianças, não apenas nessa fase, mas durante todos os momentos que compreendem à infância.

A professora relata que se deve levar em conta, o tempo individual de cada aluno e que o professor deve proporcionar um ambiente motivador, mas que respeite a espontaneidade dessa oralidade em cada um desses alunos, corroborando com a ideia que observamos no trecho a seguir:

Para realizar essa tarefa, o professor terá que criar situações reais de fala, para que a linguagem oral evolua dentro das possibilidades de cada aluno, em situações motivantes para a expressão espontânea, num clima emocional favorável. Em um ambiente escolar motivador, a criança certamente se manifestará livremente, sem problemas e sem constrangimento. (FREITAS *et al.*, 2016, p. 204)

A oralidade das crianças é desenvolvida por ela por meio do empréstimo de palavras durante o contar de histórias para os bebês do berçário, e do estímulo no momento da

verbalização e dos balbucios dos bebês, de conversas e expressões que identificam e representam o estado emocional das mesmas (CHAER; GUIMARÃES, 2012).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E LEIS DO ENSINO.

O processo de escolarização não está relacionado apenas às práticas pedagógicas. Suas metodologias e direcionamentos teóricos marcam a atuação dos professores que atuam na Educação Infantil. A legislação que regulamenta os objetivos, parâmetros e metas, bem como aquilo que deve ou não ser ensinado a partir de sua relevância, em alguns pontos não consegue produzir uma definição mais elaborada do que se pretende. Segundo a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2016, p. 36)

O que se percebe nas narrativas das professoras, é que um dos maiores desafios em relação às práticas pedagógicas das professoras, tanto da *Escola I*, quanto da *escola II*, é que para se trabalhar Educação Infantil são usadas definições mais precisas, no que concerne ao planejamento de metas para o desenvolvimento dessas linguagens. Também não existem objetivos diretos relacionados à atuação do professor na busca do desdobramento dessas etapas entre as crianças. As professoras identificam que não há um esclarecimento dos objetivos educacionais para se trabalhar, com as crianças, o desenvolvimento da oralidade e da escrita. Segundo elas, a nova BNCC foi criada como estratégia para unificar de forma tendenciosa a base do ensino escolar no território brasileiro, ela desconsidera aspectos regionais e culturais, principalmente ao que se refere à língua falada dentro da diversidade linguística presente no território brasileiro (FREIRE, 2011), e é percebida pelos professores e educadores brasileiros, como um grande retrocesso diante das conquistas históricas que foram possíveis à educação nas últimas décadas. Sabe-se, no entanto, que mesmo que houvesse uma legislação capaz de dar

conta de todas as necessidades para o desenvolvimento da oralidade, se reconhece que esse compromisso não seria efetivado em sua totalidade:

A oralidade atualmente é estudada por inúmeros pesquisadores, tanto do âmbito educacional quanto por sociólogos, historiadores e psicólogos, demonstrando uma preocupação e um envolvimento interdisciplinar sobre o assunto. Entretanto, ainda são grandes os desafios para a efetivação de práticas didáticas de oralidade. (FREITAS *et al.*, 2016, p. 202)

Deve-se reconhecer o espaço escolar como o espaço apropriado para o desenvolvimento criativo, para se exercer as relações de ensino e aprendizagem e de socialização mais possíveis que esse ambiente possa proporcionar (FREIRE, 1980). Para a criança, esse espaço deve ser configurado como um espaço amplo para o exercício da infância e seu desenvolvimento, porém o que se tem visto segue na contramão daquilo que se tem esperado, pois ao atentar às pesquisas, se percebe que: “[...] as observações realizadas e o depoimento de estudiosos do assunto nos levam a crer que não é esse o ensino que as escolas brasileiras, em geral, efetivam nas salas de aula[...]” (FREITAS *et al.*, 2016, p. 204).

A legislação que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI)², no artigo 4º, define a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12)

Considerando que o desenvolvimento da linguagem oral e escrita é primordial para a construção das identidades humanas e sociais dos sujeitos em desenvolvimento e de suas relações (CHAER; GUIMARÃES, 2012), elaborar um plano educacional para esse fim, requer cuidados criteriosos, que a BNCC não traz em seu corpo textual. Contudo, a ausência de tudo isso não faz com que as professoras palestrantes se limitem no que diz respeito às suas práticas, de forma que, à própria maneira, utilizaram de instrumentos e de métodos que ajudam no desenvolvimento da oralidade e da apropriação da escrita e seus signos, bem como de suas funções sociais.

² Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. O Conselho Nacional de Educação. Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** – Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A sala de aula é o espaço em que o professor tem a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos e aliá-los ao desenvolvimento de suas práticas educativas. Esse é sem dúvida o momento de saber em qual corrente teórica sua pedagogia está embasada e qual a função da mesma em relação ao ato de ensinar, compreendendo que o desdobramento dele requer ainda outra reflexão: o quê, como e para quê ensinar, considerando quem se ensina.

A Educação Infantil é um momento de aquisição de inúmeras linguagens por parte dos alunos, momento da descoberta de que esses podem expressar sentimentos, vontades e sensações por meio dessas linguagens. Por isso, também é um momento de se proporcionar muitos estímulos, para que a criança possa desenvolver compreensões de que a linguagem exerce uma função social que permite ao sujeito articular-se no mundo de comunicação das mais diversas formas de expressão, possuidoras de significados e passíveis de interpretações.

A oralidade e a escrita, como uma das formas dessas expressões da linguagem, é para os professores e educadores um dos segmentos mais importantes a ser desenvolvido no processo de escolarização das crianças. É o momento em que se busca a aquisição dessas formas de expressão, a oportunidade de criar um sentido para elas e dar significado ao que se propõe comunicar.

Percebe-se que nas narrativas das professoras, a oralidade é trabalhada a partir de diversas possibilidades, com o uso de vários instrumentos. A partir do desenvolvimento dessa oralidade, trabalham também a apropriação da escrita, que é desenvolvida no sentido de que os alunos compreendam acima de tudo, que mais que identificar os sons da fala, a escrita tem uma função social, que a mesma traz um significado no momento de comunicar algo a alguém, tendo como ponto de partida a realidade concreta ou abstrata que envolve os sujeitos nas mais diversas situações cotidianas.

Foi compreendido que o desenvolvimento da oralidade e a apropriação da escrita que é a representação dessa forma de se comunicar, se organiza por meio de signos, e esses por sua vez, estão carregados de sentidos para a identificação das expressões, não se resumindo apenas ao reconhecimento superficial deles, mas também ao sentido que permeia a decodificação que os trazem arraigados. Por isso é importante considerar a contribuição dada pelos pressupostos teóricos elaborados pela psicologia acerca do desenvolvimento humano, bem como as fases do desenvolvimento a qual se encontram as crianças na Educação Infantil. Deve ser considerado o cuidado metodológico e a sensibilidade no momento do uso dos instrumentais no desenvolvimento, tanto da oralidade quanto da escrita, para que não se possibilite a queda do

educador, na armadilha do tradicionalismo que desconsidera a condição do indivíduo e o que o mesmo representa em seu meio, sua cultura, sua regionalidade e sua realidade social.

Desenvolver a oralidade e a escrita das crianças na Educação Infantil, considerando todos os aspectos em que se encontram envolvidas as diversas possibilidades educativas, certamente possibilita uma escolarização mais humanizada e contribui para a educação e formação de um sujeito mais humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2CthWy0>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil/Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2TWmALO>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAER, M. R; GUIMARÃES, E. G. A. **A Importância da Oralidade**: educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Patos de Minas Pergaminho, v. 3, p. 71-88, 2012.

FERRACIOLI, L. **Aprendizagem, Desenvolvimento e Conhecimento na Obra de Jean Piaget**: Uma Análise do Processo de Ensino e aprendizagem em Ciências. Revista brasileira de Estudos pedagógicos. v. 80, n. 194, p. 5-18, 1999.

FREIRE, P. **Conscientização, Teoria e Prática da Libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Autonomia** : saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, S. H. C; TEIXEIRA, J. A. T; MACHADO, M. R. P. **Desafios do Ensino da Oralidade**. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, v. 2, n. 1, p. 197-215, 2016.

GABOR, A. C; GODOI, M. A. B. **Os Obstáculos Epistemológicos na Orientação de Professores no Preenchimento da Documentação Escolar** . *In*: Os Desafios da Escola Paranaense na Perspectiva do Professor. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2016.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica Primeiras Aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.